Sessão Ordinária – 15.02.2023

- ATA Nº 01/2023. Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei n° 008-03/2023 – Autoriza a realização da Campanha denominada "Nota Fiscal dá Prêmios", edição 2023, com o fim de estimular o aumento de arrecadação de tributos do Município, com premiação a consumidores e a produtores rurais dá outras providências. **Aprovado por unanimidade**.

Projeto de Lei n° 009-03/2023 – Autoriza o Poder Executivo a efetuar abertura de crédito especial no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dispõe sobre a concessão de subsídio para parte da locomoção dos estudantes de cursos profissionalizantes técnicos e/ou de graduação e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade**.

Projeto de Lei n° 010-03/2023 – Reduz a carga horária semanal de trabalho e altera a instrução dos requisitos para recrutamento do cargo de Controlador Interno, criada pela Lei Municipal nº 1510-01/2012, de 17 de outubro de 2013 e dá outras providências. **Baixado na Comissão de Justiça e Redação para solicitar mais informações ao Poder Executivo**.

Projeto de Lei n° 011-03/2023 – Altera a gratificação mensal, em parcela única, dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade**.

Projeto de Lei CM n° 001/2023 – Concede homenagem de menção honrosa às ex-vereadoras do Município de Colinas, alusiva à Semana da Mulher e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade**.

Projeto de Decreto Legislativo n° 001/2023 – Dispõe sobre a concessão de diárias e indenização de despesas de locomoção à vereadores e servidores da Câmara de Vereadores e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade**.

Indicação n° 004/2023 – de autoria do Vereador Valmir – Indica ao Poder Executivo que, através de Secretaria competente, estude a possibilidade de reformar a Câmara Mortuária da Linha Ano Bom Alto e Linha Leopoldina. **Aprovada por unanimidade**.

Indicação n° 005/2023 – de autoria do Vereador Valmir – Indica ao Poder Executivo que, através de Secretaria competente, estude a possibilidade de efetuar a isenção de taxas cobradas para análise de atividades de funcionamento e ambientais ao produtor rural no âmbito do Município. **Aprovada por unanimidade.**